

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



3º QUADRIMESTRE DE 2011
SALVADOR, 28 DE FEVEREIRO DE 2012.



SECRETARIA DA FAZENDA

Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR

JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE

PEDRO CÉSAR GASPAS DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE
FINANCEIRO (EM EXERCÍCIO)

MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA CARRERA

DIRETOR DO TESOURO

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

FLORISVALDO ANUNCIÇÃO DE LIMA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RECEITAS	4
2.1 Receitas Correntes	5
2.1.1 Receitas Tributárias	5
2.1.2 Transferências Correntes	6
2.2 Receitas de Capital	8
3. DESPESAS	8
3.1 Despesas Correntes	9
3.2 Despesas de Capital	10
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	10
5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	10
6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11
7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	12
8. RESTOS A PAGAR	13
9. RESULTADO PRIMÁRIO	13
10. RESULTADO NOMINAL	14
11. DÍVIDA PÚBLICA	14
12. CONCLUSÃO	15
13. GLOSSÁRIO	16

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício de 2011, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 28 e 29 de Janeiro de 2012, em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

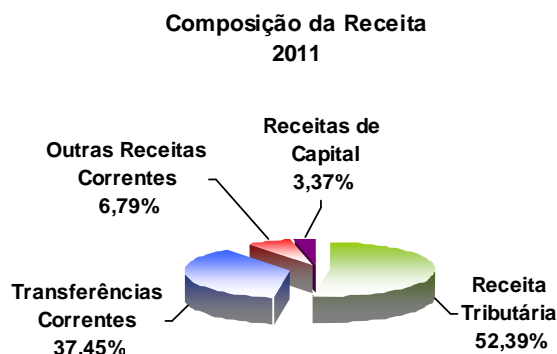
2. RECEITAS

Balanco Orçamentário da Receita					Em mil Reais
Discriminação	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2011	Orçamento (%) Realizado	2010	Varição Nominal (%) 2011/2010
Receitas Correntes	26.545.873	26.161.886	98,55	23.533.327	11,17
Receita Tributária	14.196.879	14.183.219	99,90	12.876.989	10,14
Receita de Contribuições	1.388.408	1.599.077	115,17	1.384.474	15,50
Receita Patrimonial	273.585	416.364	152,19	476.768	(12,67)
Receita Agropecuária	1.713	286	16,71	203	40,82
Receita Industrial	216	71	32,90	29	148,04
Receita de Serviços	211.796	87.100	41,12	95.317	(8,62)
Transferências Correntes	10.037.910	10.139.369	101,01	8.818.200	14,98
Outras Receitas Correntes	1.495.419	1.014.923	67,87	1.000.025	1,49
Conta Retificadora	(2.846.122)	(3.054.185)	107,31	(2.673.558)	14,24
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.786.071	1.775.662	99,42	1.554.881	14,20
Receitas de Capital	1.836.558	912.649	49,69	1.325.860	(31,17)
Operações de Crédito	1.014.627	448.565	44,21	652.242	(31,23)
Alienação de Bens	85.984	8.339	9,70	12.663	(34,15)
Amortização de Empréstimos	72.418	93.369	128,93	75.726	23,30
Transferências de Capital	652.907	362.375	55,50	585.211	(38,08)
Outras Receitas de Capital	10.623	-	-	18	(100,00)
Subtotal das Receitas (I)	28.382.432	27.074.535	95,39	24.859.188	8,91
Superávit Financ.de Exerc. Anteriores(II)	1.001.240	-	-	-	-
Total (III=I+II)	29.383.671	27.074.535	-	24.859.188	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas no ano de 2011, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 27,07 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 8,91% em relação ao realizado em 2010. Foram realizados 95,39% da previsão anual atualizada das receitas do Estado.

Das receitas realizadas em 2011, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com uma participação de 52,39% e 37,45%, respectivamente.



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

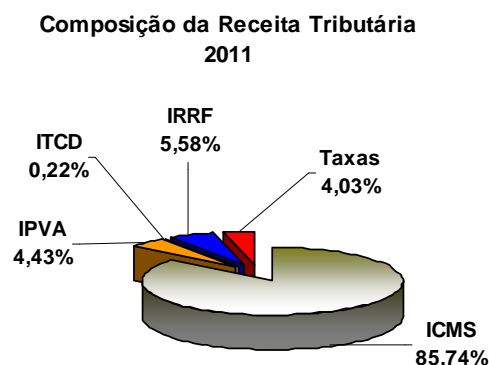
Foram realizadas nesta categoria R\$ 26,16 bilhões, representando uma realização de 98,55% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 11,17%, em relação a 2010.

2.1.1 - Receitas Tributárias

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2011/2010
		2011	Orçamento % Realizado	2010	
Receita Tributária	14.196.879	14.183.219	99,90	12.876.989	10,14
ICMS	12.358.432	12.161.097	98,40	11.153.957	9,03
IPVA	615.131	627.599	102,03	549.341	14,25
ITCD	30.626	31.357	102,39	26.746	17,24
IRRF	695.465	792.049	113,89	675.081	17,33
Taxas	497.224	571.116	114,86	471.864	21,03

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 14,18 bilhões, com um aumento nominal de 10,14% na arrecadação, em relação ao realizado no ano anterior.



O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 85,74% no montante das receitas tributárias realizadas em 2011.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$ 12,16 bilhões em 2011, contra R\$ 11,15 bilhões realizados em 2010, significando um incremento nominal de 9,03%, resultante do desempenho positivo na economia, assim como das ações empreendidas pela fiscalização. Foram realizados 98,40% da previsão anual.

O IPVA alcançou um montante de R\$ 627,60 milhões, superior em 14,25% se comparado com o realizado no ano de 2010. A participação do IPVA no total das receitas tributárias realizadas em 2011 foi de 4,43%, sendo realizados 102,03% do previsto atualizado para 2011.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 17,33% em relação a 2010, com uma arrecadação de R\$ 792,05 milhões. Foram realizados 113,89% do valor previsto para 2011.

As Taxas arrecadadas em 2011 somaram o valor de R\$ 571,12 milhões, com um acréscimo de 21,03% em relação a 2010. Foram realizados 114,86% do previsto atualizado.

Com relação ao ITCD, a realização em 2011, somou R\$ 31,36 milhões, representando um aumento de 17,24% em relação a 2010, com uma realização de 102,39% do valor previsto atualizado.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 38,76 % das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, entre outras.

Em 2011, as Transferências Correntes totalizaram R\$ 10,14 bilhões, com um incremento nominal de 14,98% comparativamente a 2010. Com relação ao previsto atualizado, houve uma realização de 101,01%. Das Transferências Correntes, merecem destaque pela sua relevância, a realização dos recursos do FPE, FUNDEB e SUS, os quais tiveram uma participação percentual de 55,68%, 21,72% e 10,94%, respectivamente, no total realizado.

Transferências Correntes					Em mil Reais
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2011/2010
		2011	Orçamento (%) Realizado	2010	
Transferências Correntes	10.037.910	10.139.369	101,01	8.818.200	14,98
FPE	5.449.265	5.645.964	103,61	4.583.478	23,18
IPI Exportação	246.051	267.341	108,65	190.235	40,53
CIDE	143.273	135.773	94,77	114.763	18,31
Compensação Financeira - Royalties	248.424	268.601	108,12	229.074	17,25
SUS	1.119.367	1.109.385	99,11	1.023.299	8,41
FNDE	196.120	144.351	73,60	366.017	(60,56)
Lei Kandir	77.891	54.356	69,78	54.356	0,00
Salário Educação	59.650	85.100	142,67	75.852	12,19
Auxílio Exportação	200.000	82.812	41,41	66.412	24,69
Transferências do FUNDEB	2.151.610	2.201.822	102,33	1.922.450	14,53
Transferências de Convênios	141.977	141.848	99,91	157.280	(9,81)
Outras Transferências Correntes	4.281	2.013	47,02	34.983	(94,25)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Em 2011, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 5,65 bilhões, com um incremento de 23,18%, valores nominais, na comparação com 2010. Foram realizados 103,61% do valor previsto atualizado para 2011.

As Transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 2,20 bilhões contra R\$ 1,92 bilhão, realizados em 2010, ou seja, um crescimento nominal de 14,53%. Houve uma realização de 102,33 % do valor previsto atualizado.

As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram em 2011, R\$ 1,11 bilhão, superior em 8,41% ao realizado em 2010.

Os recursos oriundos do IPI Exportação somaram R\$ 267,34 milhões, 40,53% em relação a 2010, enquanto que os recursos provenientes de CIDE, Royalties e Salário Educação, representaram um crescimento nominal de 18,31%, 17,25%, 12,19%, respectivamente, se comparado a 2010.

As Transferências de Convênios apresentaram uma redução nominal de 9,81%, embora tenha sido realizado 99,91% dos recursos previsto no orçamento atualizado para 2011. O mesmo ocorreu com o FNDE, que apresentou uma realização de 73,60% em relação ao orçado atual, porém, houve uma variação negativa de 60,56% em relação ao exercício de 2010.

As Outras transferências Correntes apresentaram uma redução de 94,25% comparativamente a 2010, provocado pelo menor ingresso dos recursos realizado do FNAS, em 2011.

2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o montante de R\$ 912,65 milhões. Houve uma redução de 31,17% comparada a 2010, sendo realizado nessa rubrica, 49,69% da previsão anual atualizada.

As Operações de Crédito totalizaram R\$ 448,57 milhões, com uma variação nominal negativa de 31,23% em relação a 2010. Foram realizados 44,21 % do valor previsto. A receita de Amortização de empréstimos apresentou um índice de realização de 128,93% em relação ao previsto, totalizando R\$ 93,37 milhões. Em relação a 2011, este item apresentou um crescimento nominal de 23,30%.

As Transferências de capital, formadas em quase sua totalidade (97,56%) pelas Transferências de convênios (R\$353,53 milhões), apresentaram uma realização de R\$ 362,38 milhões, com variação nominal negativa de 38,08%. Foram realizados 55,50% do montante previsto atualizado,

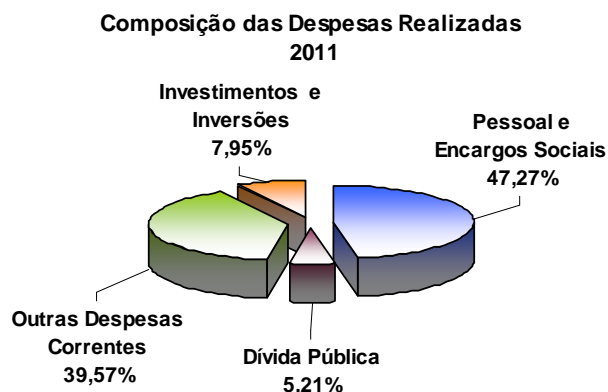
3. DESPESAS

Balço Orçamentário da Despesa					Em mil Reais
Discriminação	Previsão Atualizada 2011	Executada - Janeiro a Dezembro			Variação % 2011/2010
		2011	Orçamento % Realizado	2010	
Despesas Correntes	25.100.140	24.070.824	95,90	21.502.299	11,95
Pessoal e Encargos Sociais	13.217.062	12.828.657	97,06	11.470.360	11,84
Juros e Encargos da Dívida	510.667	503.486	98,59	510.138	(1,30)
Outras Despesas Correntes	11.372.411	10.738.681	94,43	9.521.801	12,78
Despesas de Capital	4.283.532	3.068.706	71,64	3.165.694	(3,06)
Investimentos	2.857.108	1.752.502	61,34	2.046.146	(14,35)
Inversões Financeiras	512.577	404.295	78,87	247.641	63,26
Amortização da Dívida	913.846	911.908	99,79	871.906	4,59
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
Total	29.383.671	27.139.530	92,36	24.667.993	10,02

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As despesas realizadas em 2011 totalizaram R\$ 27,14 bilhões, correspondentes a 92,36% do valor orçado, significando uma economia orçamentária de R\$ 2,24 milhões. Em valores nominais observa-se um crescimento de 10,02% se comparado a 2010.

Quanto à composição, destacam-se Pessoal e Encargos Sociais, com uma participação de 47,27%, no total de despesas realizado em 2011, seguidos das Outras Despesas Correntes com 39,57%, Dívida Pública com 5,21% e Investimentos e Inversões Financeiras com 7,95%.



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

No exercício de 2011, as despesas correntes totalizaram R\$ 24,07 bilhões, representando uma realização de 95,90 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 12,83 bilhões, correspondendo a 97,06 % da previsão anual. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 503,49 milhões, correspondendo a 98,59% da previsão anual.

Das Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e as Transferências Constitucionais aos Municípios, foram executados 94,43% do valor orçado atualizado para 2011, ou seja, R\$ 10,74 bilhões.

Na comparação entre os valores realizados de 2011 em relação a 2010, destaca-se um acréscimo nominal de 11,84% no item Pessoal e Encargos e no item Outras Despesas Correntes em 12,78% (valores nominais).

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial.

No exercício de 2011, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,07 bilhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 1,75 bilhão, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 911,91 milhões, e Inversões Financeiras com R\$ 404,30 milhões. Comparativamente ao exercício de 2010, as despesas de capital apresentaram uma redução em termos nominais de 3,06%.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Apurado déficit orçamentário de R\$ 64,99 milhões, fruto das receitas realizadas no valor de R\$ 27,07 bilhões e despesas empenhadas no valor de R\$ 27,14 bilhões. Observa-se que em 2011, o superávit corrente de R\$ 2,09 bilhões foi insuficiente para a absorção do déficit nas contas capital de R\$ 2,16 bilhões.

Na comparação do exercício de 2011 com 2010, observa-se um crescimento nominal de 2,96% do superávit corrente, entretanto, o déficit de capital apresentou um aumento em termos nominais de 17,19%, resultando dessa forma no déficit orçamentário total já citado.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário		Em mil reais	
Especificação	Janeiro a Dezembro		
	2011	2010	Variação Nominal
Resultado do Orçamento Corrente	2.091.063	2.031.028	2,96
Resultado do Orçamento de Capital	(2.156.057)	(1.839.833)	17,19
Resultado Orçamentário	(64.994)	191.195	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita

Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e no Ministério Público.

Em 2011, o Poder Executivo teve um limite de pessoal realizado de 44,41%, e o Estado da Bahia, atingiu 53,88% da Receita Corrente Líquida, ambos percentuais abaixo dos limites prudencial e máximo, estabelecido pela LRF, conforme demonstrado.

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida			
3º Quadrimestre 2011			
Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	44,41	46,17	48,60
Legislativo	2,54	3,23	3,40
Assembléia	1,29	1,78	1,87
TCE	0,72	0,86	0,90
TCM	0,53	0,60	0,63
Judiciário	5,42	5,70	6,00
Ministério Público	1,51	1,90	2,00
Total	53,88	57,00	60,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COF RCL últimos 12 meses = R\$ 19.226.970 mil
NOTA 1 : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 44,01% da Receita Corrente Líquida.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Em 2011, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram R\$ 4,15 bilhões, o que representa 25,89% da Receita Líquida de Impostos, ultrapassando o limite constitucional anual de 25%, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em mil reais
Descrição	Realizado		Limite Constitucional Anual
	Janeiro a Dezembro 2011	2010	
Receita Líquida de Impostos	16.026.202	14.024.226	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	4.148.980	3.732.149	
% Aplicado na Manut. e Desenvolv.do Ensino	25,89%	26,61%	25%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de Educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, creche e alunos de ensino médio.

Em 2011, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 3,05 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 2,20 bilhões. Foi atendido o limite mínimo anual de 60% do FUNDEB, na remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio com um percentual realizado de 71,91%.

Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB			Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)
2009	(2.317.838)	1.678.147	(639.691)
2010	(2.669.753)	1.922.450	(747.303)
2011	(3.046.723)	2.201.822	(844.901)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Em 2011, as despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 2,15 bilhões, correspondendo a 13,44% da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

Despesas Próprias com Saúde			Em mil reais
Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro		Limite Constitucional Anual
	2011	2010	
Receita Líquida de Impostos	16.026.201	14.024.226	
Total das Despesas Próprias com Saúde	2.154.555	1.931.511	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	13,44%	13,77%	12%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

8. RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos em 2010 totalizaram R\$ 790,91 milhões, dos quais R\$ 766,33 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 24,58 milhões pelos Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Deste montante, foram pagos R\$ 697,61 milhões, representando 95,54% do total inscrito, restando 4,46% de saldo a pagar, ou seja, R\$ 32,58 milhões.

Demonstrativo dos Restos a Pagar					Em mil reais
Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Varição (%) (c/(a-b))	A Pagar
Poder Executivo ¹	766.327	55.356	681.187	95,81	29.784
Poder Judiciário	12.499	3.697	8.803	100,00	0
Poder Legislativo	9.248	455	6.055	68,85	2.739
Ministério Público	1.063	964	97	98,24	2
Defensoria Pública	1.774	249	1.471	96,46	54
Total	790.911	60.721	697.612	95,54	32.578

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida a Pagar: R\$29.702 mil.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

Em 2011, o Resultado Primário foi de R\$ 772,94 milhões, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 394,61 milhões.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais	
Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro		
	2011	2010	
Receitas Fiscais Correntes (I)	25.845.592	23.295.670	
Receitas Fiscais de Capital (II)	362.375	585.229	
Receita Fiscais Total (III) = (I+II)	26.207.967	23.880.900	
Despesas Fiscais Correntes (IV)	23.567.338	20.992.161	
Despesas Fiscais de Capital (V)	1.867.686	2.144.226	
Despesas Fiscais VI = (IV+V)	25.435.024	23.136.387	
Resultado Primário (III - VI)	772.944	744.513	

Fonte : SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2011 = R\$ 394.612 mil

10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Em relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 139,12 milhões.

Demonstrativo do Resultado Nominal			Em mil reais
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 3º Quadr. 2011 (a-b)
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Dívida Consolidada (I)	10.414.665	10.425.936	
Deduções (II)	1.496.777	1.368.929	
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.607.821	1.666.413	
Demais Haveres Financeiros	567.755	237.910	
(-) Restos a Pagar Processados	(678.799)	(535.394)	
Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II)	8.917.888	9.057.007	
Receita de Privatizações (IV)	-	-	
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	
Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	8.917.888	9.057.007	(139.119)

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2011 = R\$ (-) 189.186 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do ano de 2011, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 10,41 bilhões, sendo R\$ 7,98 bilhões originários da dívida interna, R\$ 2,10 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 329,33 milhões.

Dívida Consolidada			Em mil reais
Discriminação	Saldo do Exercício		% Variação
	2011	2010	
Interna	7.980.052	8.016.005	(0,45)
Externa	2.105.285	1.966.082	7,08
Outras	329.328	443.850	(25,80)
Total	10.414.665	10.425.936	(0,11)

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / COPAF

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2010, verifica-se que houve redução de 0,11% ou R\$ 11,27 milhões.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,46% em 2011, bem inferior ao limite máximo de duas vezes a RCL anual, estabelecido pela Resolução nº. 40/01 do Senado Federal.

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	% RCL
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72
Exercício de 2009	9.234.947	14.671.427	0,63
Exercício de 2010	9.057.007	17.372.551	0,52
Exercício de 2011	8.917.888	19.226.970	0,46

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/COPAF

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

12. CONCLUSÃO

Em 2011, o Estado registrou um Superávit Primário no valor de R\$772,94 milhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 27,07 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 27,14 bilhões resultaram em Déficit Orçamentário de R\$ 64,99 milhões. O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 139,12 milhões.

Os limites referentes à dívida pública, garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Limites Constitucionais e Legais

Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa de Pessoal	53,88	57,00	60,00
Dívida	0,46	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,48	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	2,33	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	0,00	-	7,00

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites de educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no final do ano.

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	25,89%	25%
Saúde	13,44%	12%

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 28 de fevereiro de 2012.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2011, realizou-se no dia 14 de março de 2012, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF